

A VOCALIZAÇÃO DO ESCRITO E AS ALTERAÇÕES GRÁFICO-ACENTUAIS NO PORTUGUÊS OFICIAL

Alice Maria Teixeira de Sabóia (UFMT)

ABSTRACT: This study, based on research carried out in São Paulo, between 1989 and 1990, shows that speakers from different age, sex and school background have their linguistic performance (vocalization) affected by spelling reforms, especially, the changes made in the graphic stress norms.

Este trabalho aborda a questão ortográfica, destacando o fato de que os Acordos Ortográficos têm sido firmados sem que se considerem alguns pontos fundamentais das regras de escrita que deveriam abranger, de forma adequada, o sistema da língua em, pelo menos, suas características básicas. Respalhada em resultados de pesquisas realizadas em São Paulo, entre 1989 e 1990, a autora demonstra que, no domínio do sistema ortográfico do português, falantes de diferentes faixas etárias, graus de escolaridade e sexo têm seu desempenho lingüístico (vocalização) afetado, em decorrência de alterações no sistema de escrita, particularmente, no que se refere às regras de acentuação gráfica.

Em seu artigo intitulado "Réforme Orthographique e Graphémologie", PORQUET (1973, p. 45-51) chama a atenção para uma referência de NINA CATACH, durante a Mesa-Redonda Internacional, realizada no C.N.R.S., em janeiro de 1973, portanto, há mais de duas décadas, com o objetivo de esclarecer a situação francesa, em termos de reformas ortográficas: "entramos agora na história das reformas; anteriormente esta era sua pré-história". Destaca

compartilhada também por GENOUVRIER e PEYTARD, ao dedicarem um capítulo, sob o título de "Systeme et Orthographe", ao tema, no seu livro *Linguistique et enseignement du français*.

O desconforto gerado em torno da questão das reformas tem várias raízes. Na tradução portuguesa do livro acima mencionado, de Genouvrier e Peytard (1974, p. 109), colocam-se indagações que devem estar subjacentes a todas as tentativas de reforma, como: "Pode-se chegar a uma descrição sistemática da ortografia do português? Por outra: a ortografia constitui na língua um sistema estruturado?" Com essas duas questões, os autores pretendem chamar a atenção para o fato de que, se o objetivo das reformas é suprimir as aberrações, isso só se pode conceber na direção de reforçar o que houver de sistemático na ortografia, destacando-se, no seu dizer, os traços principais de um esquema regular.

Descortina-se, pois, a necessidade de que as reformas ortográficas, se emergentes, deveriam assentar-se em um trabalho analítico sistemático e exaustivo, no sentido de buscar conferir maior alcance, ou maior grau de generalidade, da representação escrita da língua, até para atender ao princípio básico da economia lingüística.

Pelo grau de divergência em que têm esbarrado os Acordos Ortográficos dos Países de Língua Portuguesa Oficial _PALOP's - incluídos os assinados e os abortados, pode-se aquilatar a complexidade das questões que cercam o problema, nem sempre relacionadas apenas com fatores específicos, de natureza teórico-metodológica, histórica, cultural, etc.

No que tange especificamente à necessidade de que a ortografia reflita as regularidades da língua, até por motivos históricos, cumpre lembrar que a escrita é apenas uma forma de representação gráfica de um sistema lingüístico que lhe é anterior, não sendo, pois, de estranhar-se que se constitua a partir de um inventário limitado de símbolos, cujo emprego obedece a um conjunto de regras, visto que o sistema representado também estrutura-se em torno de um número limitado de sons distintivos, como ressaltou HJELMSLEV (1975, p. 48).

No que diz respeito à escrita oficial portuguesa, os problemas de correspondência entre a representação gráfica e

o sistema fonológico são vários e de difícil solução, se se tiver em mira a simplificação ortográfica que, fatalmente, esbarrará em obstáculos etimológicos. Talvez isso explique o fato de as mais recentes tentativas de reforma ortográfica prenderem-se mais às propostas de alterações gráfico-acentuais e apenas tangencialmente a mudanças no uso das letras.

Ocorre que estudos realizados, principalmente nas duas últimas décadas, mostram que o atual subsistema gráfico-acentual do português não é aleatório e obedece a regularidades encontradas no sistema da língua, em termos acentuais e distintivos. Portanto, tudo faz crer que pelo menos aquilo que está posto neste setor parece ter sido elaborado com base em algum tipo de análise fonético-fonológica.

Não seria, pois, por falta de respaldo analítico, teórico e metodológico que os mais recentes subsistemas gráfico-acentuais do português mereceriam crítica mais consistente. Uma ou outra questão, envolvendo conceitos básicos (como, por exemplo, considerar os monossílabos tônicos como oxítonos, no caso do recente Acordo Ortográfico, assinado em 1990), pode ser levantada, mas nada que indique falta de zelo como a generalização das regras.

De qualquer modo, as polêmicas que cercam as propostas de reforma ortográfica do português oficial têm sido inevitáveis e envolvem um amplo leque de aspectos que vão desde a política do idioma até sentimentos nacionalistas, passando pelas questões lingüísticas, culturais, políticas e até econômicas e financeiras do mercado livreiro e editorial.

Em Portugal, as reações ao Acordo de 1986 foram muito fortes e deram lugar a um sem número de publicações contrárias às modificações propostas naquele documento. Livros como *A questão do "Acordo Ortográfico"*, do Movimento contra o Acordo Ortográfico, Lisboa, (1988), *A demanda da ortografia portuguesa*, de CASTRO et al., (1987), além de diversos artigos publicados no número especial da *Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP), (1986), são testemunhos da inexpugnável resistência oposta aos propósitos daquele acordo que resultou revogado, por força de um novo documento assinado entre os Países de Língua Portuguesa Oficial (PALOP's), em Lisboa, em dezembro de 1990, com previsão de vigência, a partir de janeiro de 1994.

Era de se esperar que esse “novíssimo Acordo”, até por ser mais tímido, mais cauteloso nas modificações ortográficas que propõe, tivesse melhor acolhida. No entanto, o que se verifica é outra forte reação, principalmente em Portugal, do que se constata pelas polêmicas travadas através de artigos publicados no *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa, nos seus números de 438 a 446, a partir de novembro de 1990 (anteriormente à data de assinatura do documento), seguidamente, até janeiro de 1991.

Todas as propostas conhecidas deixam, no entanto, ver o descompromisso, ou, pelo menos, a despreocupação, com os usuários, em fase de aquisição e consolidação das regras de escrita e de leitura do português, do que se infere que as Comissões, ou os Grupos, ou ainda, os Setores que se ocupam, ou ocuparam-se das reformas ortográficas, ignoram, pelo menos na prática, o fato de que a língua é um patrimônio coletivo e sua escrita deve atender às tendências mais gerais da comunidade que a possui e que a utiliza. Ressalte-se, nesse particular, o fato preliminar de que quem escreve visa a que seu escrito seja lido por alguém; logo, o conjunto de regras que apontam a constituição das formas corretas do código escrito (ortografia) interessa não só ao sujeito do ato de escrever, mas, sobretudo, ao sujeito do ato de ler.

Essa dupla perspectiva da ortografia parece óbvia, dado que a finalidade fundamental da escrita é a leitura. No entanto, as questões levantadas, em torno dos problemas ortográficos têm levado em conta apenas o domínio da escrita, em detrimento da sua contrapartida, no domínio da leitura. Com efeito, ao ditar as regras da escrita correta, a ortografia objetiva, efetivamente, garantir as referências, no meio visual convencional, que orientem a decifração correta da mensagem. Assim, seria de boa prática que as propostas de reforma ortográfica tomassem por base o comportamento lingüístico dos usuários, tanto do ponto de vista da codificação, quanto do da decodificação da escrita.

Desse modo, este trabalho é resultante de uma pesquisa mais ampla que se realizou, visando à tese de doutorado desta autora, junto à Universidade de São Paulo e que versou especificamente sobre o sistema gráfico-acentual

do português oficial, tendo-se recortado a etapa de vocalização do escrito no processo de leitura.

Assim, foram os dados coletados em três escolas da capital paulista, levando-se em conta os critérios diastráticos e diatópicos, com o que se buscou atingir clientelas sócio-economicamente diferenciadas entre si.

As coletas foram realizadas durante os anos de 1989 e 1990, em duas séries de cada uma das escolas (8ª. do 1º. Grau e 3ª. do 2º. Grau), contemplando-se, dessa maneira, as séries terminais de cada uma das etapas de formação básica, o que confere ao trabalho o pressuposto de que, pelo menos oficialmente, essa clientela cumpriu todas as etapas da formação fundamental, tendo, portanto, passado todo o conteúdo da disciplina Língua Portuguesa, nesses níveis de formação, razão pela qual deve ser considerada uma clientela constituída de sujeitos leitores proficientes, notadamente no que tange à clientela oriunda do 2º. Grau.

Os instrumentos utilizados foram contruídos, a partir da extração de trechos de um livro pouco lido, na faixa etária e de formação da clientela-alvo (*Os sertões*, de Euclides da Cunha), porquanto resultados de pesquisa-piloto, realizada por esta mesma autora (comunicação apresentada durante a 41ª. Reunião Anual da SBPC, em Fortaleza), indicaram ser relevante a variável desconhecimento do vocabulário, no desempenho da leitura (precisamente na etapa de vocalização), o que determinou ter-se levado em conta, na pesquisa principal, esse aspecto, tomado como critério, ao lado dos outros, acima referidos, para balizamento da pesquisa.

Por outro lado, os instrumentos foram construídos visando à testagem do desempenho lingüístico da clientela-alvo, em três situações micro-estruturais diferentes (a primeira versão, em que foram eliminadas todas as marcas gráfico-acentuais; a segunda, em que se procedeu à acentuação, segundo um sistema gráfico-acentual hipotético, inspirado na proposta constante do Acordo Ortográfico, assinado pelos PALOP's (1986) e a terceira versão, marcada, de acordo com as regras de acentuação gráfica, vigentes atualmente no Brasil - Sistema Ortográfico de 1943, com as alterações de 1971), tanto no teste (constituído de trechos do livro já referido), tomado, portanto, o contexto lingüístico em que os itens

lexicais especialmente estudados ocorreram, quanto na lista de palavras em que as mesmas apresentam-se, é óbvio, lingüísticamente, descontextualizadas, ainda que tenham constado, ao lado de cada uma delas, as respectivas informações gramaticais.

Entre os resultados obtidos da análise do material coletado, alguns chamaram particularmente à atenção desta pesquisadora, visto que não constavam das possibilidades aventadas como previsíveis. Trata-se das dificuldades que uma parte considerável da clientela apresentou, na etapa de vocalização de palavras paroxítonas, pertencentes, inclusive, ao léxico comum (contextualizadas ou não), com destaque para aquelas alcançadas pela pequena alteração ortográfica de 1971.

Os dados revelaram que certas unidades que se diferenciam de outras apenas pela qualidade da vogal tônica, como ocorre com o par fora(v.)/fora(adv.), em que o atual sistema não prevê o acento diferencial, ofereceram razoável grau de complexidade, não esperado, notadamente entre os sujeitos do 1º. Grau das três escolas e, como as pistas mais evidentes (acentos gráficos) não surgiram em qualquer das três versões dos instrumentos aplicados, para esse tipo de unidade, as formas desviantes, verificadas na gravação da versão 1, repetiram-se nas outras. Há, pois, fortes indícios de que a pequena e insignificante Reforma Ortográfica, de 1971, imposta através da lei do Poder Executivo (bem nos moldes do regime governamental da época) e pela qual suprimiram-se os acentos diferenciais de timbre, mantendo-se apenas o acento circunflexo, de marcação de forma verbal pretérita (pôde), ao lado do acento agudo diferencial em algumas exceções elencadas no próprio texto da lei, começa a surtir seus efeitos sobre as gerações mais recentes. Agora, transcorridos mais de vinte anos, há perspectiva histórica para proceder-se à avaliação de seus resultados. É que a possibilidade de verificar essa questão é viável apenas, se tomados os sujeitos que não tenham passado pelo processo de aquisição da regra ou não o tenham iniciado. As modificações (inclusive eliminação dos acentos diferenciais das exceções acima referidas, previstas no Acordo Ortográfico de 1990) somente poderão ser avaliadas em condições ideais, no desempenho lingüístico dos usuários que estiverem em fase de

consolidação das regras de escrita e de leitura da língua portuguesa oficial, a partir da segunda década do próximo século, ou seja, quando houver perspectiva histórica, mínima que seja, para tanto.

A análise, quantitativa e qualitativa, dos dados, leva às seguintes conclusões:

a) a clientela, em maioria significativa, teve, em maior ou menor grau, seu desempenho lingüístico (vocalização) atingido, em face das alterações gráfico-acentuais experimentadas, considerando-se o léxico específico, independentemente da classe social, grau de escolaridade e sexo;

b) levando-se em conta os aspectos diastrásticos, os usuários da variante B (clientela das escolas B e C) apresentaram maior sensibilidade, em seu desempenho lingüístico (vocalização), em face das alterações experimentadas do que os usuários da variante A, constatação feita, também, em relação à diferença de grau de escolaridade, independentemente do sexo e da classe social dos sujeitos;

c) em alguns casos, constatou-se que a clientela apresentou dificuldades na vocalização de itens lexicais (no contexto e fora dele), pertencentes ao que se poderia chamar de vocabulário fundamental, ou seja, itens considerados como pertencentes ao léxico comum e que foram alcançados, como já se fez referência acima, pela Reforma Ortográfica, de 1971, no português oficial do Brasil;

d) considerados globalmente, os resultados obtidos nesta pesquisa apontam o Grupo C, do 1º. Grau, como o mais diretamente atingido, em seu desempenho lingüístico, em face das alterações experimentadas, fato que se explica na literatura da Psicolingüística (SAMUELS, 1986) em que experimentos outros já demonstraram que leitores menos proficientes apresentam maior dependência de marcas micro-estruturais do texto; ao contrário, leitores mais proficientes não estão presos a detalhes de natureza visual, visto que fazem predições e antecipam as possíveis informações que o texto poderá trazer-lhes, em face do conhecimento prévio que caracteriza este tipo de leitor.

Desse modo, pode-se concluir que as mudanças decorrentes dos Acordos Ortográficos atingem, diretamente,

os usuários em fase de aquisição do código escrito, o que prejudica, de forma mais contundente, seu processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita, pois que têm atingido seu conhecimento prévio, ou mais precisamente, seu conhecimento lingüístico, em fase de sedimentação das regras do código.

Ao que parece, as seguidas alterações da escrita do português oficial têm sido propostas sem que se levem em conta aspectos preliminares, como: a) a clientela, a ser imediatamente alcançada, está em fase de sedimentação das regras do código, portanto, constituída de leitores em formação e, ainda, não proficientes; b) a escrita das línguas destina-se ao futuro, mediato ou imediato, e nele projeta-se, a partir do passado, constituindo o elo de ligação entre esses dois tempos da história da humanidade; não deveria, pois, ficar ao sabor de preocupações imediatistas do presente que, mesmo contínuo, é efêmero, transitório, passageiro, características que não se coadunam com o caráter histórico e permanente da representação escrita, capaz de guardar até as marcas de diversos tempos, no tempo, sem que, ela mesma, em sua composição, deva, necessariamente, modificar-se para cumprir esse papel. Aperfeiçoá-la parece ser sempre uma meta perseguida por tantos quantos buscam o portal da história, não da escrita, obviamente, mas da galeria de nomes ilustres e portadores de inegável mérito, e dos quais as gerações futuras serão eternas devedoras, independentemente da natureza do seu legado.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. M. et al. (movimento Contra o Acordo Ortográfico) *A questão do "Acordo Ortográfico"*. Lisboa, Gráfica Maradouro, 1988.

CASTRO, I. et al. *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário acerca do Acordo ortográfico de 1986 e subsídios para compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987.

CUNHA, E. da *Os sertões*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves/Editora Paulo de Azevedo Ltda, 24ª. edição, 1956.

GENOUVRIER E. & PEYTARD, J. *Lingüística e ensino do português*. (Tradução e notas de ILARI, R.). Coimbra, Livraria Almedina, 1974.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA. Publicação dedicada ao Acordo Ortográfico. Lisboa, julho, 1986.

JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEAIS. LISBOA, NÚMEROS 438 A 446. 1990/1991.

PORQUET, A. "*Reforme orthographique et graphémologie*". In: *Langue Française. L'orthographe*. (org. CATACH, N.). Paris, Larousse, 1973.

SABOIA, A. M. T. *Alterações gráfico-acentuais no português oficial e a decodificação do escrito*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1992.

SAMUELS, S. J. "*Word recognition*". In: *Theoretical models and process of reading*. Harry Singer & Robert Rudell (Editors), Newark, International Association, 3ª. ed., 1986.